A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: a autoconstrução na periferia de Campinas, o caso do Satélite Íris

Palavras-Chave: Produção do espaço urbano, Autoconstrução, Campinas

Autores/as:

Patrick José Borges Batista [UNICAMP]

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (orientador) [UNICAMP]

Prof.ª Dr.ª Cristina de Campos (coorientadora) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

As grandes e médias cidades demonstram de forma significativa as desigualdades e as precárias condições de vida que são direcionadas, mesmo que de maneira indireta, a população de baixa renda. População essa expressivamente encontradas em situação de vulnerabilidade social, especialmente em territórios como as periferias, onde fixam os principais fatores de desagregação social. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é discorrer acerca das dinâmicas e lógicas que potencializam e fragmentam a produção, organização e reconfiguração do espaço urbano capitalista. Além disso, também é posto em discussão o crescente e acelerado fenômeno da urbanização via autoconstrução de moradias. Para isso, o trabalho parte do pressuposto que a autoconstrução é a principal forma de acesso a moradia para a população de baixa renda no Brasil. O estudo de caso previsto para esta pesquisa possui como recorte espacial o bairro Satélite Íris, localizado na região sudoeste do município de Campinas/SP. De acordo com os dados apresentados pela prefeitura do município de Campinas (2018), o bairro faz parte do distrito do Campo Grande, o segundo mais populoso do município com cerca de 145 mil habitantes, e compõe a Macrozona – 5 (Figura 1) de Estruturação Urbana (conforme Anexo I da Lei Complementar nº 189/2018 - Plano Diretor Estratégico (Campinas, 2018). Esta macrozona, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2010), possui por definição

> [...] conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características a seguir: 'irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública (IBGE, 2010).

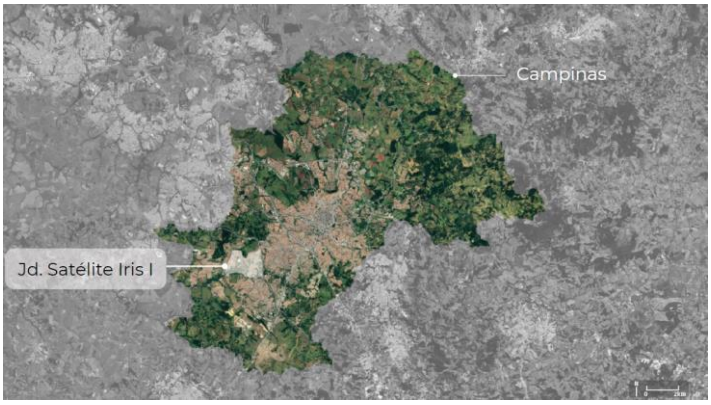
Além disso, corresponde a um recorte espacial com quantioso contingente populacional, este, em maior parte pertencente à faixa de baixa renda e, de acordo com dados da SEPLAMA (Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente), frequentemente estabelecido em assentamentos de alto grau de informalidade, isso significa carência e/ou ausência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública além de diversos equipamentos públicos para a validação do direito de viver na cidade. Nas

palavras de Lima & Benfatti (2016), a MZ-5 possui "[...] marcante presença de edificações autoconstruídas, loteamentos clandestinos e áreas ocupadas irregularmente. Estas últimas, em geral, ocupam áreas destinadas aos espaços livres públicos de lazer e conservação – praças e espaços livres ao longo dos rios" (LIMA, BENFATTI, 2016, p. 143). Portanto, se configura como um potente recorte espacial para aferir algumas análises e discussões frente a formação de favelas e ocupações que retratam os dilemas de um crescimento urbano rápido e desordenado.

METODOLOGIA:

O espaço urbano capitalista, em sua natureza, reúne materialidades e imaterialidades, o que pressupõe ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o conforme seus interesses e necessidades. Para fins de enquadramento teórico-metodológico frente as dinâmicas que ocorrem no espaço urbano, é essencial, previamente, tomar esses agentes sociais na produção do espaço urbano como referências de análises, uma vez que suas práticas e suas escalas de ação validam processos que, materializados no espaço, definem e redefinem as configurações da cidade. Para tanto, este estudo se apropriou da metodologia proposta por Roberto Lobato Corrêa (1995). Para o autor, os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são "(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e, também, (e) os grupos sociais excluídos" (CORRÊA, 1995, p. 12). As ações desses agentes sobre o espaço urbano possuem caráter histórico, reúnem interesses, estratégias e práticas espaciais que, por essência, compreendem ideologias e dessa forma compreendem também contradições e conflitos, logo, o espaço urbano, enquanto produção e organização, se apresenta com um campo de luta social.

Mediante aos diversos entraves no acesso à terra urbana, há uma viabilização dos processos de ocupação em terras ociosas por parte da população de baixa renda, principalmente através da consolidação da autoconstrução de moradias (ou assentamentos precários), pois é através deste processo de ocupação que esse grupo social se encontra para impor sua luta pelo direito à cidade. É atravessando esses entraves que, dando continuidade à proposta metodológica do Roberto Lobato Corrêa (1995), que este estudo definiu como recorte analítico os grupos sociais excluídos e suas ações de produzir espaço urbano. O recorte espacial da presente pesquisa refere-se ao bairro Satélite Íris, localizado na periferia de Campinas, em sua região sudoeste (Mapa 1).



Mapa 1 – localização espacial do bairro Satélite Íris em Campinas/SP.
fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e base cartográfica do Google Earth Pro, 2022.

Além disso, utilizou-se dos indicadores disponibilizados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas, sobretudo os condizentes com a habitação e

infraestrutura urbana que, para fins metodológicos, foram utilizados para alimentar o inventário descritivo acerca dos equipamentos urbanos inseridos no recorte espacial. Com efeito, o uso do inventário se tornou de vasta importância, dado sua capacidade de obter uma visão sistêmica acerca da realidade espacial. Portanto, tais indicadores facilitaram, neste sentido, a síntese de resultados comparativos frente a observação da realidade concreta e material do bairro Satélite Íris no que se refere aos elementos de urbanidade existentes ou em déficit.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir de um levantamento histórico em relação a formação do bairro Satélite Íris, seu processo de loteamento de acordo com Pedro Copola (2016),

> Uma parte do loteamento foi comercializada inicialmente pelo próprio Condomínio Jardim Campo Grande, e o restante vendido para os Irmãos Spina (Miguel Spina, Francisco Paulo Spina, Nicolino Spina e Paschoal Spina), estes, proprietários das Indústrias Reunidas Irmãos Spina (I.R.I.S.)[1], para Carmelo D'Agostino e para a empresa Civitas – Companhia Imobiliária dos Bons Negócios S.A (COPOLA, 2016, p. 74).

Sendo assim, o início da ocupação no bairro Satélite Íris reproduziu uma lógica que, em um primeiro momento, se concretizou através de uma legislação urbanística que o permitiu: reserva de terras para instalação de indústrias e, posteriormente, se tornou uma região atrativa para habitação, sobretudo para alocar a reserva da população trabalhadora e de baixa renda que para lá era direcionada. Entretanto, o processo de ocupação do Satélite Íris ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, ocorreu atrelada a diversas problemáticas sociais e ambientais. Muitas vezes de forma irregular, sem intervenções de programas habitacionais, com lento processo de instalação de infraestruturas e equipamentos urbanos, não realizando regularizações fundiárias e, também, em áreas contaminadas. Todas essas problemáticas engendradas no processo de formação do bairro, obteve como resultado, em comparação as demais localidades do município de Campinas, populações isoladas em espaços fragmentados, o que reforça a negação ao direito de acesso à cidade e as condições básicas de urbanidade.

Destaca-se nesta análise uma dessas problemáticas que se mantém presente no bairro ainda atualmente, trata-se da contaminação do solo em uma extensa área do Satélite Íris. Tal especificidade local perpassa toda a história do bairro e segue sem nenhuma garantia e/ou previsão de solução, daí sua importância em meio ao dinamismo intraurbano. Essa localidade se tornou atrativa para a população de baixa renda, não somente do ponto de vista da renda que ali conseguiriam ao coletar e comercializar a reciclagem, mas também para fins habitacionais já que foi se constituindo como um local repleto de vazios urbanos e, sobretudo, áreas pouco aproveitadas pela municipalidade devido ao baixo valor da terra. Com isso, casas foram sendo autoconstruídas nas proximidades a este "lixão",

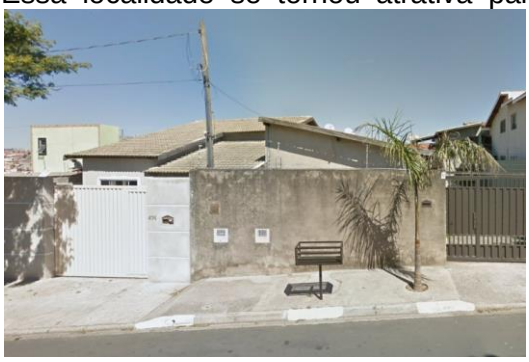


Figura 1 – Habitações com padrão construtivo consolidado.
fonte: autoria própria.

[1] A título de curiosidade, o nome "Íris", que faz parte do nome do bairro Satélite Íris, é uma referência à abreviação do nome do grupo empresarial pertencente aos Irmãos Spina.

Figura 2 – Habitações com padrão construtivo em consolidação.
fonte: autoria própria.

ocupações promovidas por moradores que coletavam os resíduos sólidos que por ali foram despejados. É considerado este o marco inicial da produção social do espaço urbano no bairro Satélite Íris.

As moradias no Satélite Íris seguiram o padrão da autoconstrução, ou seja, cada família construiu a sua habitação aos finais de semana ou durante os dias de folga, as vezes na forma de mutirão, um tipo de cooperação muito comum entre os grupos sociais excluídos. Materializados nos espaços do bairro têm-se, de um lado, ocupações com padrão construtivo consolidado das habitações (Figura 1), com logradouros, materiais de revestimentos com maior qualidade, como por exemplo telhas de cerâmica e fachada da casa finalizada, margeadas por ruas pavimentadas e próximas a serviços e equipamentos urbanos, o que proporciona um maior conforto urbano. De outro, a existência de ocupações mais recentes, sem logradouros e ruas sem pavimentações, com padrão construtivo ainda em processo de consolidação, fachadas das casas inacabadas e rede de encanamentos aparentes (Figura 2).

Por fim, o inventário descritivo (Tabela 1), ferramenta metodológica utilizada nesta pesquisa, evidencia os limitadores à cidadania e, por consequência, do direito à cidade, para a população residente no bairro atualmente. O levantamento prévio identificou 9 equipamentos urbanos, sendo que 6 destes estão vinculados a educação, 2 a assistência social e 1 a saúde. Com efeito, é preciso problematizar a falta de equipamentos voltados as demais áreas que compõem a vida citadina e o pleno direito de viver à cidade, ou seja, equipamentos voltados para a cultura, o lazer e, também, as atividades físicas/esportes.

TABELA 1 – Levantamento prévio acerca dos equipamentos urbanos no bairro Satélite Íris

EQUIPAMENTO URBANO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP	Rua Heitor Lacerda Guedes, 1000 (CEP: 13059-581)	Educação
Escola Estadual São Judas Tadeu	Rua Doutor Nivaldo Alves Bonilha, s/n (CEP: 13059-648)	Educação
Centro de Educação Infantil José Bonifácio Coutinho Nogueira – CEI Nave Mãe	Rua Francisco Delfino, s/n (CEP: 13059-101)	Educação
EMEI Satélite Íris	Rua Doutor Dante Erbolato, 370 (CEP: 13059-646)	Educação
Escola Estadual Professora Rosina Frazatto dos Santos	Rua Alcídio Rodelli, 59 (CEP: 13059-650)	Educação
Centro de Educação Infantil Edward Robinson de Barros Cavalcanti – CEI Nave Mãe	Rua Doutor Dante Erbolato, 1631 (CEP: 13056-646)	Educação
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Avenida Professor Mário Scolari, 91 (CEP: 13059-605)	Assistência Social
Projeto Gente Nova – PROGEN	Rua Vanda de Castro Mendes, 312 (CEP: 13059-686)	Assistência Social
Unidade Básica de Saúde (UBS) Doutora Veridiana Toledo Nascimento	Rua Pastor Samuel de Campos Chiminazzo, 6811 (CEP: 13059-688)	Saúde

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES:

Ao analisarmos o processo de produção social do espaço urbano no bairro Satélite Íris em Campinas/SP, é possível notarmos a complexa rede de relações que tanto o recorte espacial quanto

o campo dos estudos urbanos nos permitem. A especificidade do solo no bairro não é atrativa ao mercado imobiliário devido a toda burocracia presente na legislação frente as áreas ambientais frágeis e, com isso, a população mais vulnerável passa a ocupar esse solo. Dessa forma, é esse o tipo de solo destinado a população de baixa renda em meio ao sistema capitalista, e são nas metrópoles brasileiras que essa lógica se materializa com maior intensidade, sobretudo através de uma urbanização fragmentada atrelada aos limites e contradições do circuito imobiliário, como foi possível identificar através de resgates históricos do processo de uso e ocupação do loteamento Satélite Íris. Portanto, o processo que expandiu de forma intensa os limites da cidade de Campinas, ao mesmo tempo não contemplou uma real e concreta inclusão social e, no decorrer dos anos, foi instalada uma cidade informal, autoconstruída, dentro dos limites da cidade formal.

Ao averiguar este conjunto de relações socioespaciais, foi nos permitido identificar alguns dos elementos que (re)produzem a lógica da (des)organização do espaço urbano, tão característico da gênese da urbanização brasileira, assim como visualizar como a cidade ilegal, via autoconstrução, favorece a continuidade dessa lógica de exclusão e negação ao direito a cidade e as condições básicas de urbanidade a população vulnerável, como levantado via inventário dos equipamentos urbanos. Contudo, como reflexo, apresenta-se a autoconstrução como parte do processo de exploração da mão de obra do trabalhador, uma forma de acesso a moradia que revela que nem o Estado nem os salários são capazes de garantirem o direito à cidade para toda a população, sendo, portanto, a autoconstrução a principal forma de acesso, ainda que muitas vezes ilegal, a vida na cidade. Dessa forma, a presente pesquisa buscou compreender que o espaço não está dado, sendo necessário tomá-lo sob os princípios constitucionais vinculados à construção de uma cidade mais igualitária, o que significa submeter o acesso e uso de propriedades ao interesse coletivo e não aos individuais promovidos pelos agentes singulares de (re)produção do espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Diretor de Campinas 2018. Lei complementar nº 189/2018.** Campinas: SEPLAMA, 2018. Disponível em: https://planodiretor.campinas.sp.gov.br/ Acesso em: 10 de maio de 2022.

COPOLA, Pedro Paulo Costa. **Políticas de Planejamento Urbano na cidade de Campinas: um estudo de caso sobre o bairro Jardim Satélite Íris.** 2016. 100 pág. TCC (Graduação) Instituto de Geociências, Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Yqhfh0>. Acesso em 11 de maio de 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1995.

IBGE. (Org.). **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. 2010.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 8 de abril de 2022.

LIMA, Angélica; BENFATTI, Denio Munia. **Legislação ambiental, forma urbana e espaços livres públicos.** Revista Políticas Públicas & Cidades, v.4, n.1, p.139 – 159, jan/jul, 2016.